

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

LEILIANE DE AZEVEDO ALMEIDA

**ESG: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESG DE EMPRESAS PRIVADAS
PRESENTES NA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA E SUA RELEVÂNCIA
PARA INVESTIMENTOS.**

**CHAPECÓ
2025**

LEILIANE DE AZEVEDO ALMEIDA

**ESG: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESG DE EMPRESAS PRIVADAS
PRESENTES NA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA E SUA RELEVÂNCIA
PARA INVESTIMENTOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de administração da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como
requisito para obtenção do título de
Administrador.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Zanini

**CHAPECÓ
2025**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Almeida, Leiliane de Azevedo
ESG: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESG DE EMPRESAS
PRIVADAS PRESENTES NA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA E SUA
RELEVÂNCIA PARA INVESTIMENTOS. / Leiliane de Azevedo
Almeida. -- 2025.
46 f.:il.

Orientadora: Dr^a Cristiane Zanini

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2025.

I. Zanini, Cristiane, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

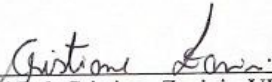
LEILIANE DE AZEVEDO ALMEIDA

Práticas ESG: uma análise da sua influência como fator de investimento em empresas presentes na bolsa de valores brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Administrador.

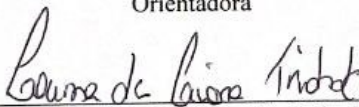
Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 01/12/2025

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a. Cristiane Zanini - UFFS

Orientadora



Prof. Dr.^a. Larissa De Lima Trindade- UFFS

Avaliador



Prof. Dr.^a. Moacir Francisco Deimling - UFFS

Avaliador

Dedico este trabalho, e tudo o que sou, à
minha mãe. que é minha base, meu alicerce
meu mundo e meu tudo. Sem ela, nenhuma
conquista teria o mesmo sentido.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, meu Pai e dono de tudo, por me sustentar em cada passo, me dar forças nos dias difíceis e me mostrar que sem Ele e sem sua presença nada é possível.

Agradeço à minha mãe, o grande amor da minha vida, por ser meu porto seguro, minha inspiração e o meu colo nas horas em que pensei em desistir e fiquei com medo. Lembro-me das vezes em que cheguei em casa dizendo que não aguentava mais, e ela, com aquele olhar firme e cheio de amor e com o sorriso mais lindo do mundo, me dizia: “aguenta sim minha linda, porque você é forte e corajosa.” Essas palavras me acompanharam até aqui.

Aos meus irmãos, que fazem parte de mim e da minha caminhada, obrigada por estarem sempre presentes, cada um com a sua maneira.

Agradeço também a mim mesma, por ter resistido, por não ter desistido, por ter sido forte quando o caminho parecia pesado e solitário demais.

Sou grata a todas as pessoas que cruzaram meu caminho nesse período, algumas me ensinaram com amor, outras com desafios, mas todas deixaram algo que me fez crescer.

E agradeço ao meu pai, que mesmo com sua ausência, me ensinou a importância de estar presente de corpo, alma e coração em todos os lugares e momentos que realmente importam.

E assim, encerro com o versículo que sempre me fortaleceu,

“Seja forte e corajosa.” (Josué 1:9)

“O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades.” — Relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD/ONU, 1987).

RESUMO

Este estudo analisou a influência das práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) como fator de atratividade em empresas privadas listadas na Bolsa de Valores Brasileira (B3). A pesquisa adotou abordagem qualitativa, documental e comparativa, utilizando relatórios de sustentabilidade de companhias participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Foram selecionadas Lojas Renner e Engie Brasil (ISE) e Lojas Marisa e Energisa (não ISE), permitindo a comparação entre setores semelhantes. Os resultados evidenciam que empresas com práticas ESG mais estruturadas apresentam maior transparência, asseguração externa, metas validadas internacionalmente e integração estratégica dos pilares ambiental, social e de governança, reforçando sua credibilidade e atratividade junto ao mercado. Em contrapartida, empresas fora do ISE demonstram avanços pontuais, mas ainda carecem de indicadores robustos e consistência em suas práticas, o que limita sua competitividade. Conclui-se que o ESG não se restringe a uma ferramenta ética, mas configura-se como diferencial competitivo no Brasil, capaz de gerar valor sustentável e atrair investidores. Como limitação, destaca-se o recorte temporal e o número reduzido de empresas analisadas. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a amostra, integrem diferentes setores e utilizem métricas comparativas de longo prazo, aprofundando a relação entre ESG e atratividade empresarial.

ABSTRACT

This study analyzed the influence of ESG (Environmental, Social, and Governance) practices as an attractiveness factor in private companies listed on the Brazilian Stock Exchange (B3). The research adopted a qualitative, documentary, exploratory, and comparative approach, using sustainability reports from companies that are participants and non-participants of the Corporate Sustainability Index (ISE B3). Lojas Renner and Engie Brasil (ISE) and Lojas Marisa and Energisa (non-ISE) were selected, allowing for comparison between similar sectors. The results show that companies with more structured ESG practices demonstrate greater transparency, external assurance, internationally validated targets, and strategic integration of the environmental, social, and governance pillars, reinforcing their credibility and attractiveness in the market. In contrast, companies outside the ISE show punctual advances but still lack robust indicators and consistency in their practices, which limits their competitiveness. It is concluded that ESG is not restricted to an ethical tool but represents a competitive differentiator in Brazil, capable of generating sustainable value and attracting investors. As a limitation, the study highlights the temporal scope and the reduced number of companies analyzed. Future research is recommended to expand the sample, integrate different sectors, and use long-term comparative metrics to deepen the relationship between ESG and corporate attractiveness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Lojas Marisa (2024)	32
Figura 2 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Energisa (2024)	34
Figura 3 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Lojas Renner (2024)	37
Figura 4 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Engie Brasil (2024)	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Práticas ESG da Lojas Marisa (2024)	33
Quadro 2 – Práticas ESG da Energisa (2024)	35
Quadro 3 – Práticas ESG da Lojas Renner (2024)	38
Quadro 4 – Práticas ESG da Engie Brasil (2024)	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDP	Carbon Disclosure Project (Projeto de Divulgação de Carbono)
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ESG	Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IFC	Corporação Financeira Internacional
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
ISE B3	Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PR 2030	Frente Parlamentar Brasil 2030
RepRisk	Plataforma de Análise de Riscos Reputacionais
SASB	Conselho de Padrões de Contabilidade de Sustentabilidade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCFD	Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo geral	15
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A HISTÓRIA DO ESG	17
2.2 PILAR AMBIENTAL	21
2.3 PILAR SOCIAL	22
2.4 PILAR DE GOVERNANÇA	24
2.5 A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DOS FATORES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG) NO MERCADO FINANCEIRO GLOBAL E BRASILEIRO.	24
2.6 AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO ESG, ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE E OUTRAS MÉTRICAS.	26
2.7 A BOLSA DE VALORES: FUNCIONAMENTO DA B3	27
2.7.1 O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE – ISE	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	29
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA	29
3.3 COLETA DE DADOS	29
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	30
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 EMPRESAS NÃO PARTICIPANTES DO ISE B3	32
4.1.1 Lojas Marisa	32
4.1.2 Energisa	34
4.2 EMPRESAS PARTICIPANTES DO ISE B3	36
4.2.1 Lojas Renner	36
4.2.2 Engie Brasil	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance — Ambiental, Social e Governança) tem ganhado relevância crescente no mercado financeiro global, ao propor uma nova forma de avaliar empresas que vai além do desempenho econômico, incorporando também impactos sociais e ambientais. Essa abordagem rompe com a visão tradicional de investimentos, ao considerar que práticas responsáveis podem reduzir riscos, aumentar a confiança dos investidores e gerar valor sustentável no longo prazo.

No Brasil, a Bolsa de Valores (B3) desempenha papel estratégico nesse cenário, especialmente por meio do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), criado em 2005. O índice funciona como uma vitrine para empresas que adotam políticas de responsabilidade corporativa, transparência e compromisso com a sustentabilidade. A presença de companhias no ISE B3 evidencia o esforço em alinhar desempenho financeiro com práticas responsáveis, tornando-se um referencial para investidores que buscam alternativas mais conscientes.

Apesar da expansão do tema, ainda existem lacunas sobre como as práticas ESG influenciam efetivamente o desempenho financeiro e a atratividade das empresas no mercado brasileiro. A literatura internacional apresenta resultados divergentes: Friede, Busch e Bassen (2015), em uma meta-análise de mais de 2.000 estudos, concluíram que a maioria das pesquisas aponta correlação positiva entre desempenho ESG e performance financeira, sugerindo que práticas sustentáveis reduzem riscos e aumentam a rentabilidade. Por outro lado, estudos como os de Krüger (2015) e Hartzmark & Sussman (2019) questionam se o ESG realmente impacta decisões de investimento, indicando que em alguns casos os investidores ainda priorizam indicadores financeiros tradicionais em detrimento de métricas socioambientais. Essa divergência reforça a necessidade de investigar o contexto brasileiro, onde o ESG ainda está em processo de consolidação e pode apresentar particularidades distintas dos mercados internacionais. Nesse cenário, a pesquisa é norteada pela seguinte questão central: **as práticas ESG de empresas privadas presentes na Bolsa de Valores Brasileira (B3) têm relevância para investimentos?** A partir dessa questão, delinea-se os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as práticas ESG de empresas privadas presentes na bolsa de valores brasileira e sua relevância para investimentos.

1.1.2 Objetivos específicos

- A. Compreender a relevância de práticas ESG nas empresas;
- B. Listar as práticas ESG realizadas pelas empresas selecionadas;
- C. Comparar as práticas ESG de empresas de mesmo setor que participam e não participam do ISE da B3;

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância de analisar o ESG (Ambiental, Social e Governança) como elemento que influencia a decisão de investimento na Bolsa de Valores Brasileira (B3) decorre da crescente relevância que investidores, empresas e a sociedade atribuem à sustentabilidade e à responsabilidade corporativa. O mercado financeiro contemporâneo já não se limita a avaliar apenas indicadores econômicos tradicionais, como lucro ou rentabilidade, mas passa a considerar também os impactos sociais, ambientais e de governança das organizações. Como destacam Ambrozio et al. (2020), no artigo “A difusão da agenda ESG no mundo e no Brasil”, os critérios ESG vêm sendo incorporados às decisões de investimento, ampliando o olhar dos acionistas para além do retorno imediato e incluindo os interesses de todas as partes envolvidas no negócio, os chamados stakeholders.

No cenário internacional, observa-se uma urgência em compreender como as práticas ESG impactam o mercado financeiro brasileiro. Questões ambientais, sociais e de governança não são meros complementos, mas fatores que influenciam diretamente a reputação corporativa, a confiança dos investidores e até mesmo os resultados financeiros. Um estudo desenvolvido por pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado “Gestão Sustentável e a Responsabilidade Social: Uma Análise da Contabilidade Gerencial à Luz dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, evidencia que o ESG deixou de ser apenas uma ferramenta de mitigação de riscos e passou a ser incorporado como elemento estratégico. A pesquisa, baseada em revisão sistemática da literatura entre 2010 e 2023, demonstra que os critérios ESG impactam a performance institucional e influenciam diretamente as decisões de investimento, reforçando sua conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuindo para modelos de gestão mais responsáveis e eficazes.

No Brasil, o compromisso com os pilares ESG tende a tornar as empresas mais atrativas para investidores, especialmente em mercados emergentes, onde tais práticas ainda estão em processo de consolidação. Estudos como os de Hartzmark & Sussman (2019) e relatórios da PwC (2022) apontam que empresas que adotam políticas consistentes de sustentabilidade e governança conquistam maior credibilidade, reduzem riscos e ampliam sua competitividade. Nesse contexto, analisar o ESG como fator de investimento na B3 é fundamental para compreender como a adoção dessas práticas pode diferenciar empresas e influenciar a tomada de decisão dos investidores.

Este estudo busca contribuir para o debate acadêmico e profissional ao investigar a evolução histórica do ESG, o funcionamento da B3, a aplicação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e as condutas que permeiam o cenário atual. Ao oferecer elementos que auxiliem empresas na implementação de estratégias sustentáveis, a pesquisa pretende não apenas preencher lacunas de conhecimento sobre os impactos do ESG no mercado brasileiro, mas também incentivar reflexões sobre sua importância para a construção de um mercado mais responsável, transparente e competitivo.

Assim, a justificativa deste trabalho relaciona-se diretamente ao título e à questão central da pesquisa: compreender se práticas ESG estruturadas influenciam a atratividade das empresas como fator de investimento na Bolsa de Valores Brasileira. A análise se torna relevante porque investidores já não consideram apenas indicadores financeiros, mas também aspectos ambientais, sociais e de governança, que fortalecem a reputação corporativa e aumentam a confiança no mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTÓRIA DO ESG

ESG (Environmental, Social and Governance, em português, Ambiental, Social e Governança) é um conjunto de práticas utilizadas para avaliar o desempenho das empresas ou organizações nesses três pilares (ambiental, social e governança). Desenvolvimento do ESG reflete a profunda mudança na forma como a responsabilidade corporativa tem sido concebida e praticada ao longo das últimas décadas. Desde o início do século XX, com os impactos da Revolução Industrial sobre as condições de trabalho e o meio ambiente, começaram a surgir preocupações sobre a atuação ética das empresas. Práticas como a adotada por Henry Ford que aumentou salários para melhorar a qualidade de vida dos funcionários, evidenciando a relação entre bem-estar social e desempenho organizacional (Carroll, 1999).

Nos anos de 1960 e 1970, o conceito de responsabilidade social corporativa ganhou força, influenciado por movimentos civis e ambientais. Rachel Carson, ao publicar o livro *Primavera Silenciosa* em 1962, afirmou que “a responsabilidade para com o meio ambiente deve ser parte do que significa ser um cidadão responsável”. Esse livro contribuiu para a mobilização da sociedade civil e serviu de base para o chamado movimento ambientalista, marcando a agenda política estadunidense, trazendo um debate nacional sobre a utilização em excesso de pesticidas como o DDT, despertando uma consciência ecológica global.

Nos anos 1980 e 1990, esse compromisso começou a se formalizar com códigos de conduta, relatórios de sustentabilidade e iniciativas como o Pacto Global da ONU, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) é uma iniciativa internacional que convida empresas e organizações a alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ao aderir ao Pacto, as instituições se comprometem voluntariamente a incorporar esses valores em sua cultura organizacional e a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como destaca o próprio programa, “O Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes em 160 países, comprometidos com a construção de um mercado global mais inclusivo e sustentável” (Pacto Global, 2023).

O relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), representou um marco na forma como o mundo passou a compreender o conceito de desenvolvimento sustentável. Sobre a liderança de Gro Harlem Brundtland, médica e política norueguesa reconhecida internacionalmente por sua atuação em temas ambientais o documento trouxe uma reflexão sobre a possibilidade de crescer economicamente sem esgotar os recursos naturais e sem aprofundar as desigualdades sociais. A principal contribuição do relatório foi a definição de desenvolvimento sustentável como, “Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987).

Esse relatório mostrou que não dá para pensar em economia sem pensar no meio ambiente e nas pessoas. Ele virou referência mundial, influenciando importantes eventos internacionais, como a Rio-92, oficialmente chamada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro. Além disso, serviu de base para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem metas globais para promover melhorias sociais, econômicas e ambientais até 2030.

No início dos anos 2000, o conceito de ESG foi adotado como uma abordagem completa para orientar decisões no setor financeiro. Essa consolidação ganhou força com a publicação do relatório “Who Cares Wins – Quem se Importa Vence”, em 2004. O documento foi fruto de uma iniciativa do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que convocou 50 CEOs de grandes instituições financeiras para discutir como os fatores ESG poderiam ser incorporados às práticas de análise de investimentos e gestão de ativos. O relatório destacou que “empresas que melhor gerenciam questões ambientais, sociais e de governança tendem a ser mais competitivas e sustentáveis a longo prazo” (UN Global Compact, 2004). Essa afirmação se tornou um marco na evolução da sustentabilidade corporativa, influenciando a forma como investidores e empresas passaram a considerar riscos e oportunidades relacionados a ESG.

Desde 2010, o ESG começou a ganhar um espaço central nas decisões estratégicas das empresas. Isso foi muito impulsionado por eventos como a crise financeira de 2008 e, depois, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a ONU lançou em 2015. E de lá para cá, como afirma ALVES (2024) o autor

Ricardo Ribeiro Alves em A Força do ESG, “o ESG deixou de ser só uma tendência ou uma exigência do mercado e virou uma ferramenta essencial para garantir que as empresas gerem valor, mas com responsabilidade social e ambiental” (ALVES, 2024). E com a pandemia da COVID-19, essa ideia ficou ainda mais forte. As empresas passaram a ser cobradas por mais transparência, resiliência e impacto social. Ou seja, não dá mais para pensar só no lucro, é preciso mostrar compromisso com a sociedade e com o planeta também.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, têm influenciado as estratégias de empresas, governos e instituições ao redor do mundo. Eles estabelecem metas globais para enfrentar desafios como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas, degradação ambiental, educação e saúde, com horizonte até 2030.

Inicialmente, eram 17 objetivos e 169 metas, mas em 2023 o Brasil propôs a criação do 18º ODS, voltado para a igualdade étnico-racial, como uma iniciativa voluntária que amplia a Agenda 2030 e reforça o compromisso com os direitos humanos e a justiça social. Com essa inclusão, o número de metas ultrapassou 170, tornando a agenda ainda mais abrangente e conectada às realidades sociais de países em desenvolvimento. Como destacam *Sachs et al.* (2019), os ODS representam “um plano de ação global que busca integrar dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento, exigindo cooperação entre países e setores para que suas metas sejam alcançadas”.

Muitas empresas já incorporam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus relatórios de sustentabilidade. No entanto, é importante entender que ESG e ODS não são equivalentes, embora tratem de temas convergentes e complementares. O ESG é mais voltado para avaliar o desempenho das empresas, enquanto os ODS são metas globais de desenvolvimento. Outro ponto é que os ODS não são obrigatórios, o que pode limitar a efetividade deles. Silva e Santos (2022), falam que é preciso ter uma vigilância crítica na hora de aplicar os ODS nas estratégias empresariais, porque se isso for feito de modo superficial, sem compromisso real, isso enfraquece toda a proposta de sustentabilidade.

O Brasil tem se movimentado com grande força na área de sustentabilidade, tanto no setor público quanto no privado. Um exemplo disso foi a criação da Frente Parlamentar ESG na Prática, em 27 de novembro de 2024, que reuniu mais de 200

parlamentares com o objetivo de trazer os princípios de ESG para dentro da legislação brasileira. A frente foi presidida pelo deputado Flávio Nogueira (PT-PI) e contou com apoio técnico do Instituto Global ESG. Segundo Nogueira, “a ideia é conectar o Brasil às melhores práticas internacionais, como as que já são adotadas na Europa e nos Estados Unidos” (GP1, 2024).

Além disso, em 2025, o Brasil lançou a sua Taxonomia Sustentável, que é um sistema oficial para definir o que pode ser considerado uma atividade econômica sustentável. Isso é muito relevante pois ajuda a evitar o greenwashing (quando empresas dizem que são sustentáveis, mas na prática não cumprem critérios técnicos). Taxonomia Brasileira foi desenvolvida pelo Ministério da Fazenda como parte do Plano de Transformação Ecológica, e ela estabelece parâmetros claros para orientar investimentos verdes, financiamentos e políticas públicas. Segundo publicado no site Ministério da Fazenda, “a taxonomia é um instrumento essencial para dar segurança a investidores e orientar a transição para uma economia de baixo carbono” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2025). Esse lançamento foi um dos grandes destaques do Brasil na COP 30, realizada em Belém (PA), onde o país apresentou avanços em rastreabilidade, bioeconomia e preservação ambiental (UM SÓ PLANETA, 2025)

A Frente Parlamentar Brasil 2030 foi lançada em 22 de agosto de 2023, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de aproximar as políticas públicas brasileiras dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A iniciativa surge como resposta ao Relatório Luz da Sociedade Civil¹, que apontou que mais de 80% das metas da Agenda 2030 no Brasil estão estagnadas, ameaçadas ou em retrocesso, evidenciando a necessidade de maior articulação entre governo e sociedade civil. A Frente atua como uma ponte entre o Congresso Nacional e os compromissos internacionais, promovendo projetos de lei e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à justiça climática. Além disso, não se trata de uma ação informal, está registrada oficialmente na Câmara dos Deputados, conforme o Ato da Mesa nº 69/2005, o que reforça sua legitimidade institucional (GESTOS, 2023).

¹ O Relatório Luz da Sociedade Civil é uma publicação anual que avalia o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Produzido por organizações da sociedade civil, ele aponta avanços, estagnações e retrocessos nas metas da Agenda 2030 da ONU, funcionando como instrumento de monitoramento e cobrança de políticas públicas.

A ABNT PR 2030 é uma prática recomendada criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para orientar empresas na adoção de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. O termo PR significa Prática Recomendada, ou seja, não se trata de uma lei obrigatória, mas de um guia técnico que serve como referência para organizações que desejam aplicar critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) em suas operações. Na prática, a PR 2030 mostra quais pontos devem ser avaliados, como uso de energia, respeito aos direitos humanos, diversidade, transparência e combate à corrupção, e permite que cada empresa identifique em qual nível de maturidade está, desde o mais básico até o mais avançado. Assim, ela funciona como um “norte” para que as empresas possam melhorar suas práticas e se alinhar à Agenda 2030 da ONU, fortalecendo sua credibilidade e confiança no mercado. (Sustentabilidade Agora, 2023).

Essas três iniciativas a Frente ESG, a Taxonomia Sustentável e a PR 2030, mostram que o Brasil está se posicionando como uma liderança na transição para uma economia verde, com políticas mais estruturadas e alinhadas aos compromissos internacionais.

2.2 PILAR AMBIENTAL

O pilar ambiental do ESG foca no impacto das organizações no meio ambiente e é particularmente importante para o setor financeiro, dados os riscos como desastres naturais ou mudanças nas regras ambientais, podem afetar diretamente os negócios. As mudanças climáticas trazem riscos financeiros sérios, desde eventos extremos como enchentes e secas, até os chamados riscos de transição, que envolvem a adaptação das empresas para uma economia mais limpa e com menos emissão de carbono. Esses fatores têm levado investidores a exigir maior alinhamento com o Acordo de Paris, a ideia do acordo é que os países se comprometam a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa e mantenham o aquecimento global baixo. E com as recomendações da TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures, em português: Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima), criada para orientar a divulgação de riscos climáticos e sua integração nas decisões financeiras, fortalecendo a transparência e a credibilidade das organizações (Banco Central do Brasil, 2023; TCFD, 2023).

A escassez de recursos naturais, como água e energia, tem colocado uma pressão muito grande em setores como agricultura e mineração. Isso vem obrigando as empresas a adotarem práticas mais eficientes e sustentáveis. Segundo o Relatório sobre Clima e Desenvolvimento no Brasil do Banco Mundial (2023), o Brasil enfrenta desafios sérios na gestão desses recursos, o que reforça a importância de investir em tecnologias ambientais que contribuam para melhorar o desempenho e reduzir os impactos negativos (BANCO MUNDIAL, 2023).

A gestão inadequada de resíduos e subprodutos não afeta apenas o meio ambiente ela pode virar um grande risco financeiro e jurídico também. Podendo gerar multa, processo, e ainda prejudicar a imagem da empresa. Por isso, é importante que ela seja transparente e siga padrões confiáveis para mostrar como está lidando com essas questões. O SASB (Sustainability Accounting Standards Board), que é uma organização que criou padrões específicos para cada setor da economia, ajuda as empresas a saberem exatamente quais informações ambientais elas devem divulgar, quanto emitem de gases poluentes, quanta energia consomem, como tratam os resíduos. Isso tudo facilita para quem investe ou acompanha a empresa, a entender se ela está realmente comprometida com a sustentabilidade ou só fazendo marketing. E claro, seguir esses padrões ajuda a reduzir riscos e aumenta a confiança no mercado (Martins, 2023).

Além da gestão de resíduos, outras questões ambientais críticas também afetam diretamente os negócios. O desmatamento e a perda da biodiversidade, por exemplo, não impactam apenas o meio ambiente, eles comprometem serviços ecossistêmicos essenciais para os seres humanos, como a produção agrícola, o equilíbrio climático e o abastecimento de água. Esses impactos têm reflexos diretos na cadeia produtiva, nos custos operacionais e na sustentabilidade de longo prazo das empresas.

2.3 PILAR SOCIAL

O pilar social do ESG trata de como as empresas lidam com as pessoas e com a sociedade. Ele avalia como elas se relacionam com colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores e a comunidade em geral. E essas relações são muito importantes, pois influenciam diretamente a reputação da empresa, a

sustentabilidade do negócio e até os riscos operacionais. Hoje os investidores estão cada vez mais atentos a isso eles evitam colocar dinheiro em empresas envolvidas com práticas antiéticas, como trabalho forçado ou condições ruins de trabalho.

Em 2023, o Pacto Global da ONU, Rede Brasil lançou uma ferramenta chamada Trilha de Direitos Humanos, que ajuda as empresas a entenderem melhor como estão atuando nesses temas. Ela traz orientações sobre trabalho decente, inclusão e impacto social, para que as empresas possam se avaliar e melhorar. Isso mostra que os fatores sociais não são só uma questão de imagem eles realmente influenciam decisões de investimento. No Brasil, por exemplo, o Cadastro de Empregadores flagrados por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como "Lista Suja", é uma ferramenta pública que permite à sociedade verificar o compromisso ético das empresas, reforçando a importância de práticas trabalhistas responsáveis (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023).

As relações trabalhistas impactam diretamente a produtividade e a reputação das empresas. Ambientes seguros, remuneração justa e benefícios adequados reduzem riscos jurídicos e operacionais. Segundo a OIT (organização internacional do trabalho), no relatório mundial do trabalho e justiça social (2023), políticas de equidade e segurança aumentam o engajamento e o desempenho dos colaboradores. A diversidade, especialmente de gênero e raça, também tem ganhado destaque entre investidores. Oliveira e Silva (2022) apontam que empresas inclusivas são mais inovadoras e resilientes.

No Brasil, a Natura é referência nesse tema, promove diversidade étnica e de gênero em cargos de liderança, alinhando-se aos princípios ESG. Pascoto (2024) destaca que a empresa se tornou um case nacional em igualdade de gênero, com reconhecimento internacional.

O pilar social do ESG é um diferencial competitivo que mostra o compromisso ético das empresas com a sociedade. No Brasil, ferramentas como o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão ajudam a garantir transparência e responsabilidade. Além disso, ações de inclusão e diversidade influenciam decisões de investimento e contribuem para um mercado mais justo e sustentável.

2.4 PILAR DE GOVERNANÇA

A governança no ESG envolve políticas e estruturas que garantem transparência, responsabilidade e confiança nos mercados. Quando bem aplicada, ela reduz riscos legais e reputacionais, melhora a sustentabilidade no longo prazo e atrai investidores que valorizam empresas éticas. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023), práticas como conselhos diversos e comitês de auditoria ajudam a alinhar os interesses dos gestores com os da sociedade.

Entretanto, para micro e pequenas empresas que não têm estrutura formal, a governança pode ser implementada por meio de práticas simples e eficazes. Segundo o Sebrae (2022), ferramentas como código de conduta, planejamento estratégico, relatórios de desempenho e prestação de contas já representam avanços significativos. A transparência contábil, a organização dos processos internos e o compromisso com normas legais permitem que mesmo negócios de pequeno porte conquistem a confiança de financiadores e se destaquem no mercado. A criação de conselhos consultivos também pode ajudar, especialmente em empresas familiares, orientando decisões estratégicas e sucessão de liderança.

Então, a governança corporativa é realmente essencial. Ela funciona como um elo entre aquilo que a empresa acredita, seus valores e o que ela faz na prática, no dia a dia. E isso vale tanto para grandes corporações quanto para negócios menores. Quando a empresa tem uma boa governança, ela constrói confiança, mostra profissionalismo e cria uma base sólida para crescer de forma sustentável. É como o alicerce que mantém tudo funcionando com responsabilidade e transparência.

2.5 A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DOS FATORES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG) NO MERCADO FINANCEIRO GLOBAL E BRASILEIRO.

O conceito de ESG tem ganhado cada vez mais espaço no mercado financeiro, tanto no Brasil quanto no mundo. Ele representa uma nova forma de pensar os investimentos, onde o retorno financeiro anda junto com o impacto positivo na

sociedade e no meio ambiente. Hoje, investidores, empresas e governos estão mais atentos a práticas sustentáveis e responsáveis.

O SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation) por exemplo, é uma regra criada pela União Europeia para obrigar empresas e instituições financeiras a mostrarem de forma transparente como lidam com riscos e impactos ambientais, sociais e de governança (ESG). Desde que entrou em vigor, em 2021, já exigia que as empresas apresentassem suas políticas de sustentabilidade e os impactos negativos das suas atividades. Mas em 2025 ele passou por uma revisão importante, as regras ficaram mais detalhadas e exigentes, justamente para evitar o chamado greenwashing e dar mais clareza para os investidores. A própria Comissão Europeia explicou que essa atualização tem como objetivo “simplificar e tornar mais robustas as obrigações de divulgação, garantindo maior clareza para investidores e fortalecendo a luta contra o greenwashing” (COMISSÃO EUROPEIA, 2025).

Além disso, o ESG é uma ferramenta importante para a gestão de riscos. Empresas que ignoram os riscos climáticos podem enfrentar prejuízos financeiros e danos à reputação. Por outro lado, aquelas que adotam boas práticas de governança e sustentabilidade tendem a ser mais valorizadas pelos investidores. Índices como o Dow Jones Sustainability Index ajudam a identificar essas empresas (TCFD, 2023; S&P Global, 2023).

No Brasil, o ESG tem avançado com iniciativas como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), criado pela bolsa de valores em 2005. Esse índice reúne empresas que se destacam por suas práticas sustentáveis, como Natura, Renner, Engie Brasil e Banco do Brasil. Em 2022, o mercado brasileiro também registrou R\$ 30 bilhões em emissões de títulos verdes, sociais e sustentáveis, com foco em energia limpa e agricultura responsável (B3, 2023; Febraban, 2023).

As autoridades brasileiras também têm se movimentado para acompanhar as tendências internacionais. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou regras que exigem a divulgação de informações ESG por fundos de investimento, inspiradas nas normas europeias. O Banco Central, também incluiu critérios de sustentabilidade para orientar o sistema financeiro na gestão de riscos climáticos e sociais, entre eles estão, avaliação de riscos ambientais e sociais nas operações bancárias, incentivo à economia de baixo carbono, monitoramento de impactos reputacionais ligados a

questões socioambientais e inclusão de variáveis ESG na análise de estabilidade financeira. (CVM, 2023; Banco Central do Brasil, 2023).

2.6 AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO ESG, ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE E OUTRAS MÉTRICAS.

As agências de classificação ESG, índices de sustentabilidade e outros sistemas de avaliação de crédito são cruciais no processo de introdução dos fatores ESG nos mercados financeiros, fornecendo orientação para escolha de investimentos e divulgação por parte dos investidores. As agências de classificação ESG, como MSCI e Sustainalytics, avaliam empresas com base em seus indicadores ambientais, sociais e de governança, e cobrem milhares de empresas globais, incluindo brasileiras, como Natura e Banco do Brasil (MSCI, 2023; SUSTAINALYTICS, 2023). Essas classificações auxiliam investidores, como o fundo soberano norueguês, a excluir empresas com práticas insustentáveis (NBIM, 2023).

Adicionalmente, as normas internacionais IFRS S1 e S2, publicadas em 2024 pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), passaram a exigir que empresas de capital aberto incluam informações de sustentabilidade nos relatórios financeiros, especialmente aquelas relacionadas a riscos climáticos e sustentáveis. Onde a S1 trata da divulgação geral de fatores ESG, enquanto a S2 foca nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. A adoção obrigatória dessas normas está prevista para 2026, impactando diretamente a estrutura de prestação de contas e o posicionamento estratégico de empresas brasileiras frente ao mercado global (IFRS Foundation, 2024).

Ferramentas como os índices ESG e os padrões internacionais de divulgação são fundamentais para orientar investimentos responsáveis e mitigar riscos climáticos e sociais. Em 2022, cerca de 94% dos fundos ESG estavam alinhados às diretrizes da Global Sustainable Investment Alliance (GSIA), e compatíveis com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 12, que trata de consumo e produção responsáveis (GSIA, 2023).

2.7 A BOLSA DE VALORES: FUNCIONAMENTO DA B3

A B3 – Brasil, Bolsa, Balcão é a principal bolsa de valores do país e a segunda maior da América Latina. Ela surgiu em 2017 a partir da fusão entre a BM&FBOVESPA e a Cetip, tornando-se uma importante provedora de infraestrutura para o mercado financeiro. Sua atuação envolve a negociação, liquidação e custódia de ativos como ações, títulos públicos e privados, derivativos, entre outros. A B3 é supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que garante segurança, transparência e integridade nas operações realizadas (B3, 2023).

A B3 também tem se destacado no incentivo a práticas sustentáveis. Um exemplo é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), que avalia empresas com base em critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Esse índice serve como referência para investidores que buscam aplicar recursos em empresas comprometidas com a sustentabilidade (Cortex Intelligence, 2022). Entender o funcionamento da B3 é essencial para analisar como as práticas ESG influenciam a atratividade e o valor das empresas no mercado financeiro.

2.7.1 O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE – ISE

O ISE B3, criado em 2005 como o primeiro índice de sustentabilidade da América Latina, é usado para comparar o desempenho de empresas que adotam práticas ESG, selecionando aquelas listadas na B3 com compromisso em sustentabilidade. Segundo a B3 (2025), sua metodologia evoluiu significativamente ao longo dos anos, passando de uma carteira limitada a 40 empresas para uma estrutura sem teto desde 2021, com foco na setorialização e alinhamento a padrões globais como SASB, GRI e IFRS S1/S2. Em 2025, o índice passou a incluir 82 empresas, refletindo um engajamento recorde das elegíveis, impulsionado por parcerias com o CDP (voltado para mudanças climáticas) e a RepRisk (especializada em riscos reputacionais). (B3.2025).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) passa por uma revisão anual, na qual empresas elegíveis são convidadas a responder um questionário

estruturado em seis áreas temáticas (Meio Ambiente, Capital Humano, Governança, Capital Social, Modelo de Negócio e Inovação, e Mudança do Clima). A pontuação final é calculada com base em critérios objetivos e qualitativos, assegurando que apenas companhias com práticas ESG consistentes integrem a carteira (Friede, Busch e Bassen, 2015). Além disso, o índice realiza rebalanceamentos quadrimestrais, que permitem ajustes na carteira e exclusão de empresas que não atendem aos requisitos mínimos ou que enfrentam problemas reputacionais. Esse processo garante maior credibilidade ao ISE e segurança para investidores interessados em negócios responsáveis (B3, 2025). Os critérios de elegibilidade envolvem dois filtros principais, financeiro onde empresas devem estar entre as mais negociadas da B3 e apresentar liquidez mínima. Sustentabilidade (ESG), onde são feitas avaliação baseada em pontuação mínima no questionário, participação no CDP (Carbon Disclosure Project) e análise de riscos reputacionais (RepRisk).

A literatura reforça que índices como o ISE B3 contribuem para diferenciar empresas com maior maturidade em práticas ESG, funcionando como um selo de credibilidade e transparência. Estudos internacionais demonstram que companhias com políticas sólidas de sustentabilidade tendem a apresentar menor volatilidade, maior resiliência em períodos de crise e maior atratividade para investidores, pois reduzem riscos socioambientais e reputacionais (Friede, Busch e Bassen, 2015). Além disso, a integração estratégica dos pilares ambiental, social e de governança fortalece a confiança dos stakeholders e amplia a capacidade de captar recursos no mercado.

No Brasil, pesquisas apontam que empresas integrantes do ISE, como Lojas Renner e Engie Brasil, têm conseguido alinhar sustentabilidade e competitividade, atraindo maior volume de capital institucional e consolidando sua imagem como referências no setor (Carrasco, 2022). Esses resultados evidenciam que a presença no índice não apenas sinaliza boas práticas, mas também influencia diretamente a percepção dos investidores, que passam a enxergar tais empresas como menos arriscadas e mais preparadas para enfrentar desafios futuros. Assim, o ISE B3 se consolida como um instrumento que diferencia organizações maduras em ESG daquelas que ainda tratam o tema de forma parcial, reforçando a ideia de que sustentabilidade e lucratividade podem caminhar juntas.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, documental e comparativa. Qualitativa, a abordagem foi escolhida por possibilitar a compreensão de significados e práticas descritas nos documentos analisados, sem a necessidade de mensuração numérica. O foco recai sobre a interpretação crítica das informações divulgadas pelas empresas, permitindo captar nuances e contextos (ASSAF NETO, 2021). Documental, a pesquisa utiliza relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais e informações institucionais como fontes primárias, assegurando confiabilidade e transparência na coleta de dados (MARTINS, 2023). Exploratória, o caráter exploratório justifica-se pelo objetivo de levantar evidências acerca da forma como as empresas brasileiras estruturam suas práticas de ESG, sem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de ampliar a compreensão sobre o fenômeno (CARROLL, 1999). Comparativa, por fim, a pesquisa assume caráter comparativo ao cotejar empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), o que possibilita identificar diferenças de maturidade e consistência nas práticas adotadas (B3, 2025).

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram quatro empresas privadas listadas na B3, divididas em pares de setores semelhantes: Lojas Renner e Engie Brasil, ambas participantes do ISE B3, e Lojas Marisa e Energisa, que não fazem parte do índice. A escolha dessas empresas obedeceu a critérios específicos, presença ou ausência no ISE B3, atuação em setores comparáveis (varejo e energia), disponibilidade de relatórios de sustentabilidade recente (2024) e relevância no mercado brasileiro, já que todas são companhias de grande porte e com impacto significativo em seus segmentos (PwC, 2022; IBGC, 2022).

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, utilizando relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais disponibilizados pelas empresas em

seus sites oficiais. O recorte temporal adotado concentrou-se no ano de 2024, período em que as organizações intensificaram a divulgação de informações socioambientais e de governança. Esse recorte permite analisar a evolução das práticas ESG em um contexto marcado por crescente pressão por transparência e responsabilidade corporativa, reforçada por iniciativas internacionais como o *UN Global Compact* (2004) e por estudos nacionais que destacam a necessidade de maior comprometimento das empresas com a sustentabilidade (SILVA; SANTOS, 2022).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise foi estruturada em três categorias principais, inspiradas em padrões internacionais como GRI, SASB, TCFD e IBGC², ambiental, social e governança. No pilar ambiental, foram observadas metas de redução de emissões, gestão de resíduos, uso eficiente de energia e água e iniciativas de economia circular. No pilar social, foram analisadas políticas de diversidade em cargos de liderança, inclusão, condições de trabalho, auditorias de fornecedores e projetos comunitários. Já no pilar de governança, foram considerados aspectos como transparência, assecuração externa de relatórios, políticas anticorrupção, estrutura de conselho e canais de denúncia (HARTZMARK; SUSSMAN, 2019).

O procedimento de análise seguiu três etapas: primeiro, a leitura e codificação dos relatórios, classificando as práticas ESG nas categorias estabelecidas; em seguida, a construção de quadros comparativos que sintetizam as práticas de cada empresa, destacando ações concretas, metas e indicadores divulgados; e, por fim, a discussão crítica dos resultados à luz da literatura acadêmica, destacando diferenças entre empresas participantes e não participantes do ISE B3 e relacionando os achados com estudos sobre ESG e desempenho organizacional (CARRASCO, 2022; AMBROZIO et al., 2020).

² Os padrões internacionais utilizados como referência neste estudo orientam a divulgação de informações de sustentabilidade. O GRI (Global Reporting Initiative) define diretrizes globais para relatórios ESG; o SASB (Sustainability Accounting Standards Board) estabelece padrões setoriais de divulgação; o TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) recomenda práticas de transparência sobre riscos climáticos; e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) promove boas práticas de governança no Brasil.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Lima e Mito (2007), a análise documental qualitativa permite interpretar relatórios de sustentabilidade não apenas pelos dados objetivos, mas também pelos valores, estratégias e posicionamentos que a empresa revela. Essa técnica ajuda a compreender o quanto as práticas ESG estão realmente integradas à cultura organizacional.

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2012), busca compreender fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando significados, contextos e relações. Nesse sentido, a análise documental se mostra adequada, pois permite examinar relatórios e documentos oficiais como fontes primárias de informação, revelando tanto os avanços quanto as lacunas das empresas em relação ao ESG (Cellard, 2008). A abordagem exploratória, segundo Gil (2008), é fundamental quando o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema e construir hipóteses iniciais, especialmente em campos de estudo ainda em consolidação, como o ESG no mercado brasileiro.

Já a perspectiva comparativa, como destaca Yin (2015), possibilita cotejar diferentes casos e identificar padrões e divergências, sendo especialmente útil em estudos que analisam empresas de setores semelhantes, mas com diferentes níveis de maturidade em práticas ESG. Essa comparação permite verificar não apenas o que as empresas estão fazendo, mas também como suas práticas se diferenciam em termos de consistência, transparência e integração estratégica.

Dessa forma, as empresas foram classificadas conforme o setor de atuação e de acordo com sua participação, ou não, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Essa categorização possibilita uma análise comparativa entre organizações que já atingiram os critérios necessários para integrar o índice — demonstrando maior robustez e credibilidade em suas práticas ESG — e aquelas que ainda estão em processo de evolução, apresentando iniciativas relevantes, mas sem a mesma consistência exigida pelo mercado.

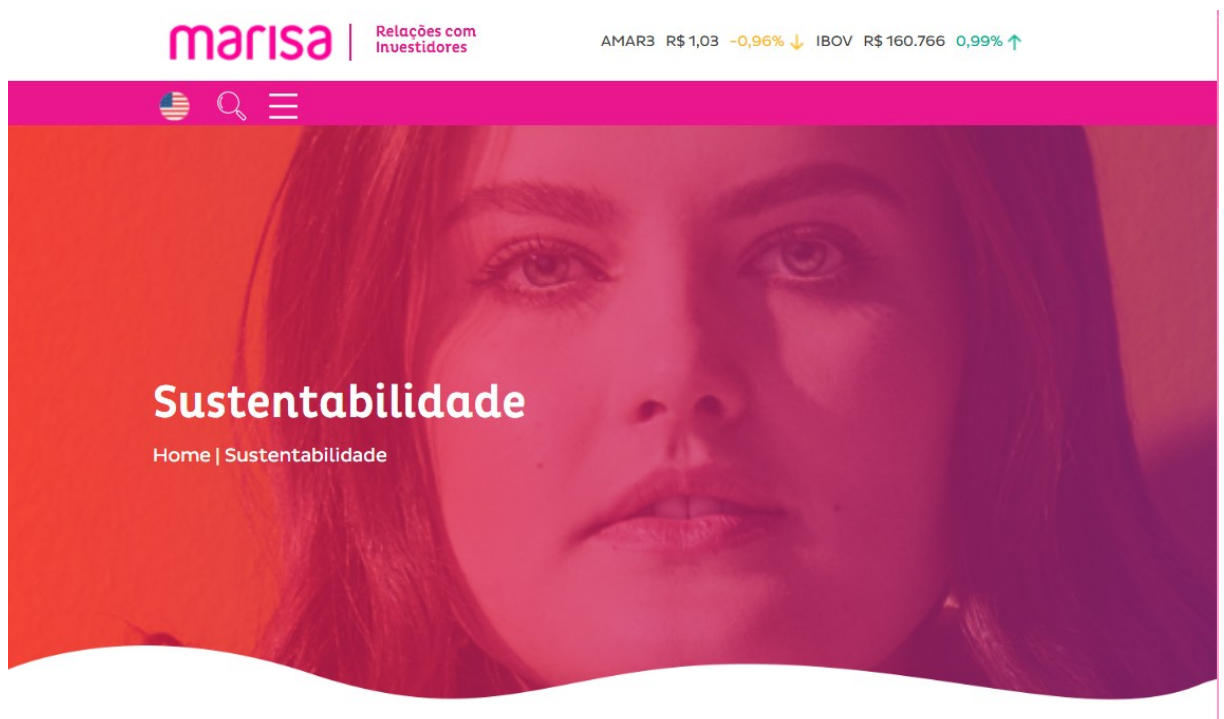
Essa estratégia metodológica fortalece a discussão dos resultados, pois evidencia como a presença ou ausência no ISE reflete diretamente o nível de maturidade das práticas ESG. Além disso, permite relacionar os achados com a

questão central da pesquisa: compreender se práticas ESG estruturadas influenciam a atratividade das empresas como fator de investimento na Bolsa de Valores Brasileira.

4.1 EMPRESAS NÃO PARTICIPANTES DO ISE B3

4.1.1 Lojas Marisa

Figura 1 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Lojas Marisa (2024)



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Lojas Marisa (2024).

Marisa (AMAR3), As Lojas Marisa, fundadas em 1948, são uma das maiores redes de moda feminina e lingerie do Brasil, em 2025, a empresa contava com cerca de 235 lojas físicas espalhadas pelo país, além de uma forte presença digital por meio de seu e-commerce e do Mbank, plataforma de serviços financeiros que inclui o tradicional Cartão Marisa (EXCLUSIVO, 2025).

Quadro 1 – Práticas ESG da Lojas Marisa (2024)

Pilar	Práticas ESG	Evidências
Ambiental	Programa Moda Pela Água; parceria com Vicunha para osmose reversa; economia de 1,5 milhão de litros/mês	Relatório Marisa 2024
Social	80% dos colaboradores são mulheres; Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher; Canal de Acolhimento externo; 19 mil auditorias de fornecedores; certificação ABVTEX	Relatório Marisa 2024
Governança	Políticas de conformidade e auditoria; ausência de metas claras de emissões e diversidade; relatórios sem asseguuração externa	Relatório Marisa 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base no Relatório de sustentabilidade MARISA (2024).

O relatório da Marisa chama atenção principalmente pela ênfase que ela dá à responsabilidade social, especialmente voltada para o público feminino. Cerca de 80% dos colaboradores da empresa são mulheres, e por isso eles criaram uma Comissão Interna de Combate à Violência Contra a Mulher, além de um Canal de Acolhimento especializado, que é operado por uma consultoria externa. Essas ações mostram que a empresa tem uma preocupação real com equidade e com a proteção dos direitos humanos o que é super relevante dentro da dimensão social do ESG. (MARISA, 2024)

No aspecto ambiental, a Marisa participa do movimento Moda Pela Água, com ações concretas para redução do consumo hídrico na cadeia produtiva. Em parceria com a Vicunha, implementou tecnologia de osmose reversa³, economizando cerca de 1,5 milhão de litros de água por mês. A empresa também mantém um Programa de Conformidade de Fornecedores, com mais de 19 mil auditorias realizadas, exigindo certificação ABVTEX (Associação brasileira do varejo textil) que é um indicador de boas práticas sociais e ambientais e aderência a normas da OIT (organização internacional do trabalho). A cadeia de fornecimento é 100% certificada, o que reforça o compromisso com práticas éticas e sustentáveis. (MARISA, 2024)

Na Governança a Marisa tem políticas de conformidade e auditoria bem estruturadas. Só que ainda falta detalhar melhor alguns pontos, principalmente em relação a números e metas de longo prazo. No relatório por exemplo não aparecem

³ A osmose reversa é uma tecnologia que filtra a água por uma membrana especial, retirando impurezas como sais, vírus e bactérias, para deixá-la limpa e segura para consumo.

métricas claras sobre como ela pretende reduzir suas emissões no futuro, nem objetivos específicos de diversidade em cargos de liderança. Essa ausência de indicadores mais concretos pode dificultar que investidores ou analistas externos avaliem sua performance e comparem com outras empresas que já divulgam metas mais transparentes e mensuráveis. (MARISA, 2024)

Embora a Marisa apresente iniciativas relevantes, como uso de energia renovável em lojas, redução de consumo hídrico na produção de jeans e diversidade interna, ainda não atende aos critérios exigidos pelo ISE. A empresa não publica inventário completo de emissões, não possui metas validadas por organismos internacionais como o SBTi, e carece de asseguuração externa em seus relatórios. Além disso, problemas contábeis recentes comprometem sua governança. A Marisa possui práticas, mas não comprova com padrões internacionais.

4.1.2 Energisa

Figura 2 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Energisa (2024)



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Energisa (2024).

Energisa (ENGI3), A Energisa nasceu em 1905, na cidade de Cataguases (MG), com a criação da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, fundada por José Monteiro Ribeiro Junqueira e outros empreendedores locais. O objetivo inicial

era diversificar a economia da região e levar energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento. Ao longo de mais de um século, a empresa cresceu e se transformou em um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro, presente em 11 estados e atendendo mais de 20 milhões de pessoas. Em 2008, adotou oficialmente o nome Grupo Energisa, consolidando sua marca nacional. Hoje, além da distribuição de energia, atua em transmissão, geração renovável (como usinas solares), comercialização no mercado livre e até na distribuição de gás natural, reforçando sua estratégia de diversificação e transição energética. Em 2025, a Energisa celebra 120 anos de inovação e pioneirismo, mantendo sua sede em Cataguases e destacando-se como uma empresa comprometida com sustentabilidade e modernização do setor elétrico brasileiro. (ENERGISA, 2024)

Quadro 2 – Práticas ESG da Energisa (2024)

Pilar	Práticas ESG	Evidências
Ambiental	Redução de 20% das emissões (escopos 1 e 2); projetos solares; economia hídrica com osmose reversa	Relatório Energisa 2024
Social	Política “zero fatalidade”; redução de 35% na frequência de acidentes e 28% na gravidade; programas comunitários	Relatório Energisa 2024
Governança	Conselho estruturado; comitês de auditoria e riscos; código de ética; relatórios pouco detalhados em métricas futuras	Relatório Energisa 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base no Relatório de sustentabilidade ENERGISA (2024).

A Energisa, vem fortalecendo sua atuação em ESG ao investir em iniciativas ambientais, sociais e de governança. No aspecto ambiental, a empresa reportou uma redução de cerca de 20% nas emissões de gases de efeito estufa nos escopos 1 e 2, ampliou projetos de energia solar e adotou tecnologias como a osmose reversa em sua cadeia de fornecedores, economizando milhões de litros de água por mês, embora ainda falte detalhar metas de longo prazo e indicadores claros para o Escopo 3⁴. (ENERGISA, 2024)

⁴ emissões indiretas que acontecem fora dos limites diretos da empresa, mas que estão ligadas às suas atividades.

No social a Energisa, tem um trabalho bem estruturado em segurança do trabalho. Eles seguem uma política chamada de “zero fatalidade”, ou seja, o objetivo é não ter nenhum acidente grave nas operações. Para isso, investem pesado em treinamentos contínuos, campanhas de conscientização e monitoramento constante das equipes. Os resultados já aparecem, nos últimos anos, a Energisa conseguiu reduzir em cerca de 35% a taxa de frequência de acidentes e em 28% a taxa de gravidade, esses números mostram que essas ações realmente fazem diferença no dia a dia. (ENERGISA, 2024)

Já na governança, a Energisa possui um Conselho de Administração estruturado, comitês de auditoria e riscos, código de ética e canais de denúncia ativos, mas seus relatórios ESG apresentam menor profundidade em métricas quantitativas e metas futuras, o que pode limitar comparações com empresas que já divulgam indicadores mais transparentes e mensuráveis (ENERGISA, 2024).

A Energisa demonstra avanços em ESG, como emissão de debêntures sustentáveis, metas ambientais e verificação por terceiros. No entanto, ainda não possui metas globais validadas, nem programas de fornecedores e transparência tão maduros quanto os das empresas integrantes do ISE. A empresa está em evolução e consta na lista de potenciais indicadas para a carteira ISE 2026, mas ainda não atingiu o nível de consistência exigido.

4.2 EMPRESAS PARTICIPANTES DO ISE B3

4.2.1 Lojas Renner

Figura 3 – Capa do Relatório de Sustentabilidade da Lojas Renner (2024)



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Lojas RENNER (2024).

Renner (LREN3), A Lojas Renner S.A, fundada em 1922 em Porto Alegre, é hoje a maior varejista de moda do Brasil, com mais de 680 lojas distribuídas entre Brasil, Argentina e Uruguai e marcas como Renner, Camicado, YouCom, Ashua, Realize Soluções Financeiras e Repassa. A empresa se destaca pela inovação e pelo compromisso com a sustentabilidade, com projetos como o Florestas de Algodão, que une produção agroflorestal com regeneração ambiental e geração de renda, além de ter sido a primeira varejista do mundo a publicar dados financeiros alinhados às normas internacionais IFRS S1 e S2. Com mais de 21 mil colaboradores, a Renner se posiciona como um ecossistema de moda e lifestyle que busca unir crescimento econômico com responsabilidade social e ambiental (LOJAS RENNER, 2025).

Quadro 3 – Práticas ESG da Lojas Renner (2024)

Pilar	Práticas ESG	Evidências
Ambiental	Estratégia Moda Responsável 2030; metas de redução de carbono; uso de matérias-primas certificadas	Relatório Renner 2024
Social	Instituto Lojas Renner com +1000 projetos; Florestas de Algodão; diversidade no Conselho (40% mulheres)	Relatório Renner 2024
Governança	Publicação alinhada às normas IFRS S1 e S2; Conselho independente; relatórios auditados; canais de denúncia	Relatório Renner 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base no Relatório de sustentabilidade RENNER (2024).

A Renner faz parte do ISE desde 2011 e, no relatório de 2024, ela reforçou a chamada Estratégia 2030 de Moda Responsável. Essa estratégia tem três pilares principais, circularidade, digitalização e combate às mudanças climáticas. A empresa já mostrou avanços importantes, como a redução das emissões de carbono e o aumento da diversidade nos cargos de liderança hoje, quase 40% do Conselho de Administração é formado por mulheres. Além disso, eles vêm investindo no uso de matérias-primas certificadas, como o algodão sustentável. no lado social, a Renner também tem iniciativas fortes. Um exemplo é o Instituto Lojas Renner, que desde 2008 já apoiou mais de mil projetos voltados para o empoderamento feminino e geração de renda, beneficiando centenas de pessoas em diferentes comunidades do Brasil. Outro projeto interessante é o Florestas de Algodão, feito em parceria com a UFMT e a startup Farfarm, que promove sistemas agroflorestais regenerativos no Cerrado. Esse projeto une pesquisa científica, inclusão social e sustentabilidade ambiental, mostrando como a empresa consegue conectar moda, responsabilidade social e cuidado com o meio ambiente. (LOJAS RENNER, 2024).

Na governança, a Renner demonstra transparência e robustez ao ser a primeira varejista do mundo a publicar dados financeiros alinhados às normas internacionais IFRS S1 e S2, além de manter um Conselho de Administração independente, comitês de auditoria e riscos, e canais de denúncia ativos. Esses diferenciais mostram que a Renner não trata o ESG apenas como responsabilidade social, mas como parte estratégica de seu negócio, o que justifica plenamente sua presença e liderança no ISE da B3 (LOJAS RENNER, 2025).

A Renner apresenta uma abordagem estratégica e integrada à sustentabilidade. Suas metas climáticas são validadas pelo SBTi, com compromisso de ser Net Zero até 2050. A empresa divulga relatórios auditados, com dados comparativos ano a ano, e possui programas sólidos de diversidade, rastreabilidade da cadeia de fornecedores e governança ativa. A presença da Renner no ISE reflete sua capacidade de falar, medir e provar suas ações ESG.

4.2.2 Engie Brasil

Figura 4– Capa do Relatório de Sustentabilidade da Engie Brasil (2024)



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da ENGIE BRASIL (2024).

A ENGIE Brasil Energia tem uma trajetória marcada pela transformação do setor elétrico no país. Sua história começa em 1998, quando o grupo francês ENGIE (na época chamado Tractebel Energia) iniciou operações no Brasil, adquirindo ativos de geração e se consolidando como uma das principais empresas privadas do setor. Ao longo dos anos, a companhia expandiu sua presença e diversificou sua matriz energética, tornando-se referência em fontes renováveis como hidrelétricas, parques eólicos e solares. Em 2016, passou a adotar oficialmente o nome ENGIE Brasil

Energia, alinhando-se à marca global, e reforçou seu compromisso com a transição energética e a sustentabilidade. (ENGIE. 2024).

Quadro 4 – Práticas ESG da Engie Brasil (2024)

Pilar	Práticas ESG	Evidências
Ambiental	9,6 GW em energia renovável; meta de neutralidade de carbono até 2030; projetos de reflorestamento	Relatório Engie 2024
Social	Investimento de R\$ 60 milhões em projetos sociais; 40 mil pessoas beneficiadas em educação ambiental; diversidade (38% liderança feminina)	Relatório Engie 2024
Governança	Conselho independente; comitês de auditoria, riscos e sustentabilidade; relatórios auditados	Relatório Engie 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base no Relatório de sustentabilidade ENGIE (2024).

No aspecto ambiental, a empresa mostra compromisso com a descarbonização ao investir em projetos como o Florestas de Energia, que une reflorestamento e compensação de emissões com participação das comunidades locais. Além disso, em 2024 a ENGIE ampliou sua capacidade instalada em energia limpa, alcançando mais de 9,6 GW distribuídos em 115 usinas, reforçando sua meta de neutralidade de carbono até 2030. Esses investimentos evidenciam que a sustentabilidade ambiental está no centro da estratégia da companhia. (ENGIE. 2024)

No aspecto social da ENGIE Brasil, ela realmente vai além da geração de energia. Em 2024, por exemplo, ela investiu mais de R\$ 60 milhões em projetos sociais, beneficiando diretamente áreas de saúde, educação e capacitação profissional em comunidades próximas às suas operações. Um dos destaques é o Programa de Educação Ambiental nas Comunidades, que já alcançou mais de 40 mil pessoas com ações de conscientização sobre uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, a ENGIE mantém uma política de “zero fatalidade” e, graças a treinamentos contínuos e monitoramento das equipes, conseguiu reduzir em 32% a taxa de frequência de acidentes e em 27% a taxa de gravidade em relação ao ano anterior. Outro ponto importante é a diversidade, em 2024, 38% dos cargos de liderança já eram ocupados por mulheres, mostrando avanços concretos na inclusão de grupos minorizados.na

parte de governança, a ENGIE Brasil também se destaca. O Conselho de Administração é independente, e a empresa conta com comitês de auditoria, riscos e sustentabilidade que garantem o acompanhamento das práticas ESG. A Engie é a maior geradora 100% renovável do Brasil, com metas robustas para 2030, incluindo expansão em energia solar e eólica e redução de emissões. A empresa possui um Comitê de Sustentabilidade ligado ao Conselho de Administração, relatórios técnicos auditados e reconhecimento internacional. Sua atuação demonstra maturidade institucional, impacto ambiental positivo e compromisso social estruturado, justificando sua inclusão no ISE.

A análise comparativa evidencia que as empresas integrantes do ISE B3, como Lojas Renner e Engie Brasil, apresentam práticas ESG mais robustas e consolidadas. Isso ocorre porque o índice exige padrões elevados de transparência, asseguração externa, metas ambientais e sociais validadas internacionalmente, além de uma governança estruturada e independente. Essas exigências funcionam como um filtro que seleciona organizações capazes de comprovar, com indicadores claros e verificáveis, o compromisso com a sustentabilidade. Dessa forma, empresas do ISE não apenas comunicam suas práticas, mas demonstram resultados concretos, o que fortalece sua credibilidade e atratividade junto a investidores. Por outro lado, empresas fora do ISE, como Marisa e Energisa, embora apresentem iniciativas relevantes, ainda carecem de consistência e integração estratégica em seus pilares ESG. A ausência de metas claras de longo prazo, asseguração externa e validação internacional limita sua competitividade e dificulta que sejam vistas como referência no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência das práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) como fator de atratividade em empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira (B3). A pesquisa, de caráter qualitativo, documental, exploratória e comparativa, utilizou relatórios de sustentabilidade de quatro empresas: Lojas Renner e Engie Brasil (participantes do ISE B3) e Lojas Marisa e Energisa (não participantes).

Os resultados evidenciam diferenças significativas entre os dois grupos e permitem responder à questão central proposta. As empresas integrantes do ISE B3 demonstram maior maturidade na gestão ESG, com práticas estruturadas e integradas à estratégia corporativa. Renner e Engie apresentam metas ambientais claras e mensuráveis, asseguração externa de relatórios, diversidade em cargos de liderança e programas sociais robustos. Além disso, possuem compromissos validados internacionalmente, como o SBTi, e relatórios alinhados a padrões globais (IFRS, TCFD), o que reforça sua credibilidade e transparência perante investidores. Esses elementos confirmam que o ESG, quando tratado de forma estratégica e comprovada, aumenta a atratividade das empresas e influencia positivamente decisões de investimento. Por outro lado, empresas fora do ISE, como Marisa e Energisa, embora apresentem iniciativas relevantes em aspectos sociais e ambientais, ainda carecem de indicadores quantitativos robustos, asseguração externa e metas de longo prazo validadas internacionalmente. Essa ausência de consistência limita sua competitividade e dificulta que sejam vistas como referência no mercado. Assim, observa-se que práticas ESG pouco estruturadas não conseguem gerar o mesmo nível de confiança e atratividade junto aos investidores.

Conclui-se, portanto, que o ESG no contexto brasileiro não deve ser visto apenas como uma exigência ética ou regulatória, mas como um diferencial competitivo capaz de gerar valor sustentável e atrair investimentos. A pesquisa confirma que práticas ESG estruturadas influenciam diretamente a atratividade das empresas na Bolsa de Valores Brasileira, estabelecendo uma relação clara entre o título do trabalho e os resultados obtidos.

Como limitações, destacam-se o recorte temporal restrito ao ano de 2024 e a análise de apenas quatro empresas, o que não permite generalizações amplas. Recomenda-se que estudos futuros ampliem a amostra, incluindo diferentes setores da economia, períodos mais longos e métricas comparativas de desempenho, de modo a aprofundar a relação entre ESG, reputação corporativa e atratividade empresarial. Também seria relevante investigar a percepção direta dos investidores sobre o ESG, complementando a análise documental com entrevistas ou questionários, o que poderia fortalecer ainda mais a compreensão sobre o papel do ESG como fator de investimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. R. **A força do ESG**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024.
- AMBROZIO, A. M. et al. **A difusão da agenda ESG no mundo e no Brasil**. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sustentabilidade**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o Brasil 2023**. Washington, 2023.
- B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE B3**. São Paulo: B3, s.d.
- B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Quem somos**. São Paulo: B3, s.d.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto nº 12.705**, de 2025. Institui a Taxonomia Sustentável Brasileira. Brasília, 2025.
- CARRASCO, J. C. **ESG em empresas da B3 avança, mas faltam metas claras**. Suno, 2022.
- CATALYST. **2016 Catalyst Quick Take: Women and Minorities on Fortune 1000 Boards**. 2016.
- CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT. **CDP Global Environmental Disclosure Report 2023**. Londres: CDP, 2023.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CLIMATE BONDS INITIATIVE. **Sustainable Debt Market Summary 2022**. 2022.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Revision of the Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR)**. Bruxelas: União Europeia, 2025.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
- CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Supervisão de mercados e regulação da B3**. s.d.
- DILIGENT. **What is good corporate governance?** s.d.

ENGIE BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2023**. 2023.

ESG ANALYTICS. **Where did the term ESG come from anyway?** s.d.

EXCLUSIVO. **Rede com 235 lojas no Brasil se reposiciona para atender classe C**. São Paulo, 2025.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Relatório de Sustentabilidade 2022**. Brasília: Febraban, 2022.

FIA. **ESG: o que é e por que as empresas estão cada vez mais adotando a prática?** 2024.

FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER. **A legal framework for the integration of environmental, social and governance issues into institutional investment**. UNEP FI, 2005.

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. **ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies**. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, v. 5, n. 4, p. 210–233, 2015.

GENIAL INVESTIMENTOS. **B3 movimenta R\$ 7,46 trilhões em 2022**. São Paulo: Genial, 2023.

GREENPEACE. **Greenwashing e os desafios da transparência ESG**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2023.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **GRI Standards – Sustainability Reporting Guidelines**. s.d.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 no Brasil**. São Paulo: GT Agenda 2030, 2023.

GSIA – GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE. **Global Sustainable Investment Review 2023**. Londres: GSIA, 2023.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook 2023**. Genebra: ILO, 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, L. M.; SILVA, R. A. **Diversidade e desempenho organizacional: uma análise sob a ótica ESG**. *Revista Brasileira de Gestão e Sustentabilidade*, v. 9, n. 2, p. 45–60.

SACHS, J. et al. **SDG Index and Dashboards Report 2019**. New York: Bertelsmann Stiftung; SDSN, 2019.

TCFD – TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES.
Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures.
s.d.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World**. New York: UNGC, 2004.